

O Brasil atravessa uma difícil fase de transição, marcada pela recessão econômica, que ceifa empregos e tinge inevitavelmente de vermelho as contas das empresas.

Apesar disso, o clima dos negócios não é neste momento tão pessimista quanto era até há poucos meses, e já é possível reunir alguns indícios animadores em relação ao futuro próximo. Com base nesse quadro, o presidente Fernando Collor prevê um auspicioso ano de 1993.

Se é verdade que no ano que vem, como disse o presidente, valendo-se de expressão popular, vamos "arrebentar a boca do balão", convém colocar desde logo na agenda dos próximos meses a perspectiva concreta da retomada do crescimento econômico.

Essa visão — ao contrário do que possa parecer à primeira vista — não peca pelo excesso de otimismo. Tem sólidos fundamentos concretos na realidade, a saber:

• A produção agrícola brasileira, segundo o IBGE, pode chegar, neste ano, a 68 milhões de toneladas de cereais e oleaginosas, com um salto de 21% sobre o total do ano passado.

• O recente programa de incremento às exportações deverá ter repercussões extremamente positivas nas compras e encomendas do exte-

A hora de planejar a retomada

rior, reativando setores industriais importantes, como é o caso do de bens de capital.

• A partir desta segunda-feira o Brasil inicia uma fase decisiva de negociações com os credores do Clube de Paris. Como se considera provável a realização de um acordo, deveremos terminar o mês de fevereiro com mais uma etapa cumprida — após a aceitação da carta de intenções apresentada ao FMI — na regularização das contas externas do País.

• A etapa seguinte, que se refere à dívida para com os bancos privados, também se encontra bem encaminhada e é cada vez menor a distância que separa a proposta do Brasil das pretensões do Comitê Assessor dos Bancos.

• Apesar das nossas evidentes dificuldades no plano da dívida externa, o Brasil conseguiu um recorde na colocação de títulos no mercado europeu — os eurobonds —, com um montante pouco inferior a US\$ 2 bilhões desde julho passado. Ou seja, em menos de oito meses.

• O notório aumento da base parlamentar do

governo, recentemente evidenciado pela sua capacidade de influir no comportamento das bancadas partidárias, autoriza a previsão de que os diversos assuntos de seu interesse, atualmente em exame pelo Congresso, alguns deles de magna importância, terão um encaminhamento mais célere e mais construtivo.

A esse ponderável conjunto de dados e tendências deve-se acrescentar, com a necessária cautela, a constatação de que o vetor da aceleração inflacionária não aponta para cima, como de costume. Seria naturalmente ocioso ressaltar a enorme importância dessa reversão, se ela vier a consolidar-se proximamente.

Embora não se possa tomar como certo e seguro o benfazejo futuro que essas perspectivas delineiam, acreditamos que a esta altura dos acontecimentos já é prudente que governantes, empresários, administradores privados e instituições de estudos econômicos procurem localizar em algum ponto do segundo semestre o início da retomada do crescimento.

Por ser razoável, essa atitude poderia contribuir de maneira sensível para o equacionamento de problemas econômicos praticamente insolúveis em um clima de estagnação.

É compreensível a relutância do governo federal em chancelar um cronograma para o fim da recessão. A sua prioridade é a estabilização dos preços. Para obtê-la, não pretende o Ministério da Economia afastar-se da rigorosa conduta que traçou para si próprio. Se começasse agora a anunciar o retorno do desenvolvimento, poderia criar expectativas prejudiciais ao controle da inflação e, por consequência, inviabilizar as suas próprias previsões.

Isso porém não quer dizer que os demais agentes econômicos não devam trabalhar concretamente com a hipótese da reativação da economia, tendo como base a virtualmente assegurada manutenção da atual estratégia monetária.

Um dos maiores benefícios da execução de uma política econômica constante e transparente, que renuncia à busca de soluções mágicas e repentinas, é precisamente permitir o planejamento das ações futuras. Não há nenhuma razão para que o Brasil não aproveite agora essa rara oportunidade.